



## **Celulose Irani S.A.**

Rua General João Manoel, 157 – 9º andar  
CEP 90.010-030 Porto Alegre- RS

**COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ n.º 92.791.243/0001-03      NIRE 43300002799**

---

*Em atendimento ao disposto nos artigos 10 e 12, da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos:*

- *Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10, relativamente aos candidatos indicados para eleição como membros do Conselho de Administração apoiados pelo acionista controlador (Instrução CVM n.º 480 – Anexo 24, item 12.6 a 12.10)*
- *Proposta de remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13 (remuneração) (Instrução CVM n.º 480 – Anexo 24, item 13)*
- *Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia (Instrução CVM n.º 481 – Art. 11)*
  - *Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício (Instrução CVM n.º 481 – Anexo 9-1-II)*
- *Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM n.º 480 – Anexo 24)*



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10: Eleição de Administradores  
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10*

## **12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:**

Os atuais membros do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A. foram eleitos em Assembleia em 29.04.2009 com prazo de mandato de 2 (dois) anos (até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2010, que se realizará em 29/04/2011).

Os dados abaixo se referem aos membros atuais do Conselho de Administração, que estão à disposição dos acionistas para eventual reeleição.

### **Membros indicados a reeleição para o Conselho de Administração:**

- a) Nome: Péricles de Freitas Druck
  - b) Idade: 70 anos
  - c) Profissão: Advogado
  - d) CPF: 000.548.360-34
  - e) Cargo: candidato a reeleição para Presidente do Conselho de Administração
  - f) Data de eleição: A ser eleito na AGO de 29.04.2011
  - g) Data da posse: Na data da eleição
  - h) Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2012
  - i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor Presidente
  - j) Eleito pelo Controlador: Sim
- 
- a) Nome: Eurito de Freitas Druck
  - b) Idade: 66 anos
  - c) Profissão: Diretor de Empresa
  - d) CPF: 032.111.427-20
  - e) Cargo: candidato a reeleição para Vice Presidente do Conselho de Administração
  - f) Data de eleição: A ser eleito na AGO de 29.04.2011
  - g) Data da posse: Na data da eleição
  - h) Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2012
  - i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: n/a
  - j) Eleito pelo Controlador: Sim
- 
- a) Nome: Péricles Pereira Druck
  - b) Idade: 45 anos
  - c) Profissão: Engenheiro Agrônomo
  - d) CPF: 432.252.410-91
  - e) Cargo: candidato a reeleição para Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
  - f) Data de eleição: A ser eleito na AGO de 29.04.2011
  - g) Data da posse: Na data da eleição
  - h) Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2012
  - i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor Superintendente
  - j) Eleito pelo Controlador: Sim
- 
- a) Nome: Ernani Medaglia Muniz Tavares
  - b) Idade: 85 anos
  - c) Profissão: Bacharel em Filosofia
  - d) CPF: 001.588.950-53
  - e) Cargo: candidato a reeleição para Membro do Conselho de Administração (Efetivo)



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10: Eleição de Administradores  
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10*

- f) Data de eleição: A ser eleito na AGO de 29.04.2011
  - g) Data da posse: Na data da eleição
  - h) Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2012
  - i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: n/a
  - j) Eleito pelo Controlador: Sim
- 
- a) Nome: Paulo Sergio Viana Mallmann
  - b) Idade: 55 anos
  - c) Profissão: Advogado
  - d) CPF: 228.565.950-49
  - e) Cargo: candidato a reeleição para Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
  - f) Data de eleição: A ser eleito na AGO de 29.04.2011
  - g) Data da posse: Na data da eleição
  - h) Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2012
  - i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: n/a
  - j) Eleito pelo Controlador: Sim
- 
- a) Nome: Paulo Antonio Schmidt
  - b) Idade: 64 anos
  - c) Profissão: Contador e Administrador de Empresa
  - d) CPF: 058.992.570-91
  - e) Cargo: candidato a reeleição para Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
  - f) Data de eleição: A ser eleito na AGO de 29.04.2011
  - g) Data da posse: Na data da eleição
  - h) Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2012
  - i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: n/a
  - j) Eleito pelo Controlador: Sim
- 
- a) Nome: Jorge Juerecy Oliveira da Cunha
  - b) Idade: 56 anos
  - c) Profissão: Bacharel em Ciências Contábeis
  - d) CPF: 198.903.540-04
  - e) Cargo: candidato a reeleição para Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
  - f) Data de eleição: A ser eleito na AGO de 29.04.2011
  - g) Data da posse: Na data da eleição
  - h) Prazo do Mandato: Até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2012
  - i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: n/a
  - j) Eleito pelo Controlador: Sim

Não há conselho fiscal constituído, nem candidatos a membro do conselho de administração na qualidade de suplentes.

**12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:**

A Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10: Eleição de Administradores  
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10*

#### **12.8 a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:**

##### Conselho de Administração:

**Péricles de Freitas Druck**, bacharel em Direito formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é Presidente da Celulose Irani S.A. e Presidente do seu Conselho de Administração.

**Eurito de Freitas Druck**, diretor de empresas, atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Diretoria da Companhia Habitasul de Participações. É diretor da Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda. e compõe o Conselho de Administração da Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. É Conselheiro da Irani Participações S.A. e membro da Diretoria da Companhia Comercial de Imóveis. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A.

**Péricles Pereira Druck**, engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Diretor Superintendente e Conselheiro da Celulose Irani S.A.

**Paulo Sérgio Viana Mallmann**, advogado, formado Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é sócio da Druck Mallmann Oliveira & Advogados Associados e Conselheiro da Celulose Irani S.A. Possui o título de Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

**Ernani Medaglia Muniz Tavares**, bacharel e licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, é Conselheiro da Celulose Irani S.A.

**Paulo Antonio Schmidt**, formado em Contabilidade e Administração de Empresas, foi diretor das empresas Habitasul Crédito Imobiliário S.A., Koch Metalúrgica S.A. e Ingá Distribuidora de Produtos Lotéricos S.A. Integra o Conselho de Administração das empresas Habitasul de Participações e Celulose Irani S.A. Anteriormente, atuou na diretoria e no conselho de administração de diversas empresas do Grupo Habitasul, principalmente nas áreas operacionais, administrativas e de controladoria.

**Jorge Juerecy Oliveira da Cunha**, bacharel em Ciências Contábeis, atualmente é Diretor da Companhia Habitasul de Participações, da Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. e é conselheiro da Celulose Irani S.A.

#### **b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:**

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A. candidatos a reeleição, nos últimos 5 (cinco) anos.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10: Eleição de Administradores  
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10*

**12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:**

**a) administradores da Companhia**

O diretor presidente e do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Pericles de Freitas Druck é irmão do Sr. Eurito de Freitas Druck, membro do Conselho de Administração, e pai do Sr. Pericles Pereira Druck, que é Diretor Superintendente e também conselheiro da Companhia. Sr. Eurito de Freitas Druck é tio do Sr. Pericles Pereira Druck.

**b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia**

Alguns administradores da Celulose Irani S.A. são também administradores nas controladas da Companhia, conforme segue:

Habitasul Florestal S.A.: O Sr. Péricles de Freitas Druck é irmão do Sr. Eurito de Freitas Druck e pai do Sr. Péricles Pereira Druck.

Irani Trading S.A.: O Sr. Péricles de Freitas Druck é irmão do Sr. Eurito de Freitas Druck e pai do Sr. Péricles Pereira Druck.

Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda.: O diretor Sr. Pericles Pereira Druck, é filho de Pericles de Freitas Druck.

HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda.: O diretor Sr. Pericles Pereira Druck, é filho de Pericles de Freitas Druck.

**c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Não aplicável. O controlador da Companhia é uma sociedade (ver item abaixo).

**d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Os Srs. Pericles de Freitas Druck, Eurito de Freitas Druck e Péricles Pereira Druck são também administradores da controladora direta, Irani Participações S.A. O Sr. Pericles de Freitas Druck e Eurito de Freitas Druck são também administradores da controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis.

**12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:**

**a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia**

Alguns administradores da Companhia são também administradores das sociedades controladas da Companhia, conforme descrito acima no item 12.9 b).

Não há outra relação além da descrita no item 12.9 b).



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10: Eleição de Administradores  
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10*

**b) controlador direto ou indireto da Companhia**

O Sr. Péricles de Freitas Druck, Eurito de Freitas Druck e Pericles Pereira Druck são também administradores do controlador direto, Irani Participações S.A. O Sr. Péricles de Freitas Druck e Eurito de Freitas Druck são também administradores da Companhia Comercial de Imóveis, controlador indireto.

Não há outra relação além da descrita no item 12.9 d).

**c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes**

Os administradores da Companhia, Srs. Pericles de Freitas Druck, Eurito de Freitas Druck e Jorge Juerecy Oliveira da Cunha, são também administradores da empresa Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., credora da Celulose Irani S.A., no período de 2007 a 2009, por aquisição da controlada Habitasul Florestal S.A.

Existem operações de compra e venda de mercadorias e serviços entre a Companhia e suas controladas cujos administradores estão informados no item 12.9 b).

A controlada Irani Trading S.A., tem relação de fornecimento de aluguel de imóvel industrial com a Companhia a partir do ano de 2010. A mesma também é credora da Companhia em operação de debêntures realizada em 2010.

A controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis, teve relação de fornecimento de aluguel com a Companhia durante os anos de 2008 e 2009.

Não existem outras relações consideradas relevantes pela Administração.



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

## **Proposta da Administração**

### **Remuneração Global dos Administradores**

Em atendimento ao artigo 12 da Instrução CVM n° 481 de 17 de dezembro de 2009, a Administração da Celulose Irani S.A. encaminha à Assembléia Geral a seguinte proposta de remuneração anual global da Administração para o exercício de 2011:

Remuneração anual global da Administração: R\$ 5.500.000,00

O montante proposto refere-se à remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Celulose Irani, para o exercício de 2011 e compreende: i) honorários fixos e benefícios e ii) remuneração variável de curto prazo vinculada a metas a serem atingidas.

\*\*\*\*\*



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

## **Formulário de Referência – Item 13**

### **13. Remuneração dos administradores**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

#### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A administração da Companhia é desenvolvida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva eleita estatutariamente. A Companhia não mantém Conselho Fiscal permanente nem comitês.

A prática de remuneração da diretoria executiva busca:

- i) alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos executivos;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento;
- iv) atrair, reter e motivar os executivos.

#### **b. composição da remuneração, indicando:**

- i. **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**
- ii. **qual a proporção de cada elemento na remuneração total**
- iii. **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**
- iv. **razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração da diretoria executiva é dívida em 3 (três) parcelas:

A – Honorários Fixos e Benefícios;

B – Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus Trimestral

C – Remuneração Variável de Longo Prazo - Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos





*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

**A- Honorários Fixos e Benefícios:**

A remuneração fixa e os benefícios obedecem às condições e práticas de mercado para cada diretoria.

Esta parcela corresponde de 50% a 100% da remuneração anual do executivo, dependendo do alcance das metas da remuneração variável (parcela B).

O reajuste é feito anualmente de acordo com os índices de inflação ou movimentação do mercado.

É a remuneração fixa dos executivos.

**B- Remuneração Variável de Curto Prazo – Bônus Trimestrais**

Complementa a remuneração fixa e é determinada em função do alcance de metas de curto prazo estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Esta parcela corresponde de 0% a 50% da remuneração anual dos executivos, dependendo do alcance das metas estabelecidas.

O cálculo é efetuado de acordo com pesos estabelecidos para determinados indicadores. Os indicadores são Lucro Consolidado, EBITDA Consolidado, EBITDA da Cadeia de Negócios que o executivo é responsável e Avaliação de Desempenho Individual.

O objetivo da parcela B é remunerar os executivos de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração alinhadas aos interesses de curto prazo dos acionistas.

**C- Remuneração Variável de Longo Prazo - Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos**

Está atrelada ao alcance de metas de longo prazo (2 a 3 anos) ou conforme decisão do Conselho de Administração.

Representa de 0% a 50% adicional a remuneração anual das parcelas A + B para o período de referência.

O cálculo é efetuado em função da variação do valor de mercado da Companhia calculado “pro forma” em um determinado período.



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

O objetivo da parcela C é remunerar os executivos de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração alinhadas aos interesses de longo prazo dos acionistas.

Os conselheiros de administração recebem remuneração simbólica.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Lucro Líquido Consolidado, EBITDA Consolidado e EBITDA da cadeia de negócio, Valor da Companhia e Avaliação de Desempenho Individual.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

São estabelecidas metas trimestrais e anuais para a parcela B e plurianuais para a parcela C de modo que somente exista tal remuneração caso as metas sejam atingidas.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Os indicadores estabelecidos refletem a variação do valor da Companhia, a sua eficiência operacional e a saúde financeira.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Alguns diretores recebem remuneração fixa e participação nos resultados das subsidiárias, em função do tempo de dedicação e responsabilidades assumidas perante tais empresas.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

NÃO APLICÁVEL



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.

Não há conselho fiscal constituído.

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

<b>Exercício social encerrado em 31.12.2009</b> (em R\$, exceto números de membros)	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6,50	5,42	11,92
Remuneração fixa anual	10.320,00	2.157.141,60	2.167.461,60
• Salário ou pró-labore	10.320,00	2.070.823,20	2.081.143,20
• Benefícios diretos e indiretos	n/a	86.318,40	86.318,40
• Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
• Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	381.262,79	381.262,79
• Bônus	n/a	381.262,79	381.262,79
• Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
• Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
• Comissões	n/a	n/a	n/a



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

• Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	10.320,00	2.538.404,39	2.548.724,82

<b>Exercício social encerrado em 31.12.2010</b> (em R\$, exceto números de membros)	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6,67	5,58	11,92
Remuneração fixa anual	8.640,00	2.353.560,61	2.362.200,61
• Salário ou pró-labore	8.640,00	2.249.555,20	2.258.195,20
• Benefícios diretos e indiretos	n/a	104.005,41	104.005,41
• Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
• Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	6.212.269,51	6.212.269,51
• Bônus	n/a	2.394.451,40	2.394.451,40
• Participação nos resultados	n/a	3.817.818,11	3.817.818,11
• Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
• Comissões	n/a	n/a	n/a
• Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	8.640,00	8.565.830,12	8.574.470,12

<b>Previsto para exercício social de 2011</b> (em R\$, exceto número de membros)	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	7	6	13
Remuneração fixa anual	10.080,00	2.665.720,72	2.675.800,72
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salário ou pró-labore</li> </ul>	10.080,00	2.555.720,72	2.565.800,72
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefícios diretos e indiretos</li> </ul>	n/a	110.000,00	110.000,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Remuneração por participação em comitês</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Outros</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	3.064.048,00	3.064.048,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bônus</li> </ul>	n/a	1.784.948,00	1.784.948,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nos resultados</li> </ul>	n/a	1.279.100,00	1.279.100,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Remuneração por participação em reuniões</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissões</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Outros</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a



*Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	10.080,00	5.729.768,72	5.739.848,72

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

Não há conselho fiscal constituído.

<b>Exercício social encerrado em 31.12.2009</b> (em R\$, exceto número de membros)	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6,50	5,42	11,92
Bônus			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	122.374,40	122.374,70
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	1.814.092,80	1.814.092,80
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.209.395,20	1.209.395,20
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	381.262,79	381.262,79
Participação no resultado			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
• Valor máximo previsto no plano	n/a	n/a	n/a



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

de remuneração			
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

<b>Exercício social encerrado em 31.12.2010</b> (em R\$, exceto número de membros)	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6,67	5,58	11,92
Bônus			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	-	-
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	2.215.745,28	2.215.745,28
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.477.163,52	1.477.163,52
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	2.394.451,40	2.394.451,40
Participação no resultado			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	3.817.818,11	3.817.818,11



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

<b>Previsto para exercício social de 2011</b> (em R\$, exceto número de membros)	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	7	6	13
Bônus			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor mínimo previsto no plano de remuneração</li> </ul>	n/a	-	-
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor máximo previsto no plano de remuneração</li> </ul>	n/a	2.382.887,81	2.382.887,81
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas</li> </ul>	n/a	1.784.948,00	1.784.948,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor efetivamente reconhecido</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor mínimo previsto no plano de remuneração</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor máximo previsto no plano de remuneração</li> </ul>	n/a	n/a	n/a
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas</li> </ul>	n/a	1.279.100,00	1.279.100,00
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor efetivamente reconhecido</li> </ul>	n/a	n/a	n/a

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

NÃO APLICÁVEL

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos





*Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*

*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

Em 31.12.2010	Emissora		Emissora		Emissora		Emissora	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN
	Celulose Irani S.A.		Irani Participações S.A. (controladora direta)		Irani Trading S.A. (controlada)		Habitassul Florestal S.A. (controlada)	
<b>Ações detidas pelo:</b>								
Conselho Administração	49.184	11.374	3	-	3	-	131	-
Diretoria Estatutária	11.302	13.550	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31.12.2010</b>	<b>Emissora</b>							
	Meu Móvel de Madeira Com. de Móveis e Decorações Ltda (controlada)							
<b>Cotas detidas pelo:</b>								
Conselho Administração		3						
Diretoria Estatutária		-						



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*

*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social
    - perdidas durante o exercício social
    - exercidas durante o exercício social
    - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções



*Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*  
*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas



*Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*

*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

NÃO APLICÁVEL

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições



*Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*

*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.

Não há conselho fiscal constituído.

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2009.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros)				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2009	5,42	570.146,79	444.039,22	468.340,29
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (em R\$, exceto número de membros)				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2009	6,50	1.440,00	1.440,00	1.587,69

Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2010.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA (em R\$, exceto número de membros)				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2010	5,58	1.205.572,47	364.702,69	850.898,21
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (em R\$, exceto número de membros)				
Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2010	6,67	1.440,00	1.440,00	1.295,35

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor**

NÃO APLICÁVEL



*Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*

*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

ORGÃO	dez/09
Diretoria Estatutária	44,40%
Conselho de Administração	86,05%
Conselho Fiscal	n/a
TOTAL	130,45%

ORGÃO	dez/10
Diretoria Estatutária	49,63%
Conselho de Administração	83,33%
Conselho Fiscal	n/a
TOTAL	132,96%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

NÃO APLICÁVEL



*Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12*

*Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13*

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

Não há conselho fiscal constituído.

**Exercício social 2009**

(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas do emissor	290.025,50	55.733,33	345.758,83

**Exercício social 2010**

(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas do emissor	297.414,36	-	297.414,36

Esta remuneração refere-se a honorários e participação dos administradores.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*

Em cumprimento ao Art. 11 da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos (i) relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos; (ii) cópia do estatuto social, contendo, em destaque, as alterações propostas.

**I - Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos**

Redação atual	Redação Proposta	Justificativa
<p><b>Artigo 3º</b> - A Sociedade tem por objeto:</p> <p>a) a indústria e o comércio de celulose e papel em geral e seus derivados, bem como, a industrialização da madeira; b) o replantio de espécimes de madeiras apropriadas a sua industrialização e ao fabrico de celulose; c) florestamento e reflorestamento próprio, bem como, sua elaboração e execução em terras de terceiros; d) agricultura e pecuária; e) extração de vegetais nativos, inclusive o abate de árvores de reservas florestais nativas existentes em terrenos próprios; f) a comercialização "in natura" dos produtos resultantes das atividades enumeradas nas alíneas anteriores; g) a fabricação de móveis, painéis e artefatos em geral com predominância de madeira; h) silvicultura; i) a compra e venda de terras ou matos com espécimes de madeiras destinadas à ampliação de suas reservas florestais ou de qualquer modo condizente com o objeto da Sociedade; j) a importação e exportação de produtos agrícolas ou industriais, especialmente madeira, relacionados com o objeto social; l) efetivar tarefas e encargos que visem ao cumprimento das disposições legais atinentes à reposição florestal de</p>	<p>Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto:</p> <p>a) a indústria e o comércio de celulose, papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como, a industrialização e comercialização da madeira;</p> <p>b) a administração de projetos de florestamento, reflorestamento e de serviços de silvicultura prestados por terceiros, necessários ao processo de industrialização de celulose, papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como à industrialização e comercialização da madeira;</p> <p>c) a fabricação e comercialização de móveis, painéis e artefatos em geral com predominância de madeira;</p> <p>d) a importação e exportação de produtos agrícolas ou industriais, especialmente madeira, celulose e papel, relacionados com o objeto social;</p> <p>e) a indústria, comércio, importação e exportação de produtos resinosos e seus derivados e</p> <p>f) a fabricação e comercialização de carbonato de</p>	<p>Está sendo proposta uma adequação da redação do art. 3º da Sociedade de modo que o objeto social melhor reflita as atividades exercidas pela Companhia.</p> <p>Nessa linha, propõem-se ajustes ao texto do art. 3º, aprimorando a redação e excluindo atividades descontinuadas pela Companhia, sem, contudo, modificar sua atividade fim, a qual segue voltada para a produção de celulose, papéis Kraft, chapas e caixas de papelão ondulado e resinas, e comercialização de móveis de madeira.</p> <p>Destaca-se que a administração entende que o ajuste proposto não gera efeitos jurídicos ou econômicos no desempenho das atividades da Companhia.</p>





*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*

<p>sua responsabilidade ou de terceiros; m) a exploração de serviços médicos, hospitalares e farmacêuticos, mediante serviços próprios e/ou por intermédio de convênios, visando o atendimento assistencial dos seus empregados e dependentes; n) o comércio de derivados de petróleo; o) a comercialização de materiais de construção, produtos em geral para moveleiros e marceneiros, tintas e ferragens, todos derivados dos produtos por ela industrializados; p) comercialização de produtos farmacêuticos em geral, exclusivamente para os seus funcionários e dependentes legais; q) a indústria, comércio, importação e exportação de produtos resinosos e seus derivados e r) a fabricação e comercialização de carbonato de cálcio.</p> <p><b>Parágrafo Único</b> - A Sociedade poderá, a critério da Diretoria, participar de outras Empresas como acionista ou quotista.</p>	<p>cálcio.</p> <p><b>Parágrafo Único</b> - A Sociedade poderá, a critério da Diretoria, participar de outras empresas como acionista ou quotista, tenham elas ou não objetos congêneres ao da sociedade.</p>	
<p><b>Artigo 24</b> - Feitas as deduções referidas no Artigo 23 supra, será destacada uma participação aos administradores da Companhia, em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração anual, se este limite for menor.</p>	<p><b>Artigo 24</b> - Feitas as deduções referidas no Artigo 23 supra, poderá ser destacada, a critério do Conselho de Administração, participação de empregados no lucro e participação aos administradores da Companhia, esta última em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros, ou à sua remuneração anual, se este limite for menor.</p>	<p>Está sendo proposta a inclusão da possibilidade de se atribuir participação aos empregados no lucro da Companhia, conforme prevê o art. 190 da Lei 6.404/76.</p> <p>A administração entende que a alteração proposta não gera efeitos jurídicos ou econômicos no desempenho das atividades da Companhia.</p>



Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto

Estão sendo propostas alterações no texto dos Artigos 3º e 24, conforme segue em destaque abaixo:

## CELULOSE IRANI S.A.

### ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

#### CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Artigo 1º - CELULOSE IRANI S/A.**, é uma Sociedade Anônima que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Sociedade tem sede e foro em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua General João Manoel nº 157, 9º andar, sala 903.

**Parágrafo Único** - Além dos estabelecimentos industriais e comerciais, filiais, agências e depósitos que possui, poderá a Sociedade, a juízo da Diretoria, criar e extinguir outros em quaisquer pontos do território nacional.

**Artigo 3º** - A Sociedade tem por objeto: a) a indústria e o comércio de celulose e papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como, a industrialização e comercialização da madeira; b) a administração de projetos de florestamento, reflorestamento e de serviços de silvicultura prestados por terceiros, necessários ao processo de industrialização de celulose, papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como à industrialização e comercialização da madeira; o replantio de espécimes de madeiras apropriadas a sua industrialização e ao fabrico de celulose; c) florestamento e reflorestamento próprio, bem como, sua elaboração e execução em terras de terceiros; d) agricultura e pecuária; e) extração de vegetais nativos, inclusive o abate de árvores de reservas florestais nativas existentes em terrenos próprios; f) a comercialização "in natura" dos produtos resultantes das atividades enumeradas nas alíneas anteriores; g) a fabricação e comercialização de móveis, painéis e artefatos em geral com predominância de madeira; h) silvicultura; i) a compra e venda de terras ou matos com espécimes de madeiras destinadas à ampliação de suas reservas florestais ou de qualquer modo condizente com o objeto da Sociedade; j) a importação e exportação de produtos agrícolas ou industriais, especialmente madeira, celulose e papel, relacionados com o objeto social; l) ~~efetivar tarefas e encargos que visem ao cumprimento das disposições legais atinentes à reposição florestal de sua responsabilidade ou de terceiros; m) a exploração de serviços médicos, hospitalares e farmacêuticos, mediante serviços próprios e/ou por intermédio de convênios, visando o atendimento assistencial dos seus empregados e dependentes; n) o comércio de derivados de petróleo; o) a comercialização de materiais de construção, produtos em geral para moveleiros e marceneiros, tintas e ferragens, todos derivados dos produtos por ela industrializados; p) comercialização de produtos farmacêuticos em geral, exclusivamente para os seus funcionários e dependentes legais; q) a indústria, comércio, importação e exportação de produtos resinosos e seus derivados e r) a fabricação e comercialização de carbonato de cálcio.~~

**Parágrafo Único** - A Sociedade poderá, a critério da Diretoria, participar de outras Empresas empresas como acionista ou quotista, tenham elas ou não objetos congêneres ao da sociedade.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*

## **CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES**

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 63.381.494,07, dividido em 8.104.500 ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais.

**Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

**Parágrafo 2º** - As ações preferenciais não têm direito de voto sendo-lhes assegurado prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da companhia, e o direito à percepção de um dividendo, não cumulativo, 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária, calculado nos termos do disposto no artigo 26.

**Parágrafo 3º** - A Companhia poderá criar novas classes de ações preferenciais ou promover aumento de classe de ações preferenciais existentes sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, observando para as ações preferenciais, sem direito a voto ou sujeitas a restrições nesse direito, o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. Nos aumentos de capital, por subscrição ou por capitalização de lucros e reservas, poderá deixar de ser observada a proporcionalidade existente entre as diversas espécies e classes de ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo 4º** - As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Companhia, por 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos a que fazem jus, direito que conservarão até o pagamento.

**Artigo 6º** - As ações em que se divide o capital social revestirão a forma nominativa.

**Parágrafo 1º** - A Companhia fica autorizada a manter todas suas ações ou uma ou mais classes delas em contas de depósitos, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que designar.

**Parágrafo 2º** - A instituição depositária das ações escriturais fornecerá sem custo ao acionista, sempre que solicitada, extrato da conta de depósito de suas ações ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano.

**Parágrafo 3º** - A instituição depositária poderá cobrar do acionista dentro dos limites regulamentares oficiais, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

**Artigo 7º** - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 45.000.000 de ações, todas sem valor nominal, representado por 15.000.000 de ações ordinárias e 30.000.000 de ações preferenciais.

**Parágrafo 1º** - A emissão de ações, quer pública ou particular, para integralização em dinheiro, bens ou mediante a capitalização de créditos, dentro dos limites do capital autorizado, será efetivada por deliberação do Conselho de Administração, observadas as seguintes condições:

- a) em se tratando de emissão destinada à subscrição particular, a Diretoria comunicará aos acionistas, mediante aviso publicado pela imprensa, a deliberação do Conselho de Administração de aumentar o capital, oferecendo-lhes um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para exercício dos respectivos direitos de preferência;
- b) em se tratando de emissão destinada à subscrição pública, fica facultado ao Conselho de Administração determinar a exclusão do direito de preferência ou a redução do prazo legal para exercício desse direito; e



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*

- c) em qualquer hipótese, o valor mínimo de realização inicial das ações será de 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações subscritas, devendo o saldo ser integralizado, de acordo com chamadas da Diretoria, em prazo a ser fixado pelo Conselho de Administração, o qual não poderá exceder a 12 (doze) meses.

**Parágrafo 2º** - A Companhia poderá proceder a emissão, sem direito de preferência para os antigos acionistas, ou com redução do prazo legal para exercício desse direito, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita nos termos previstos no Artigo 172 e seu parágrafo único da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo 3º** - A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá, por ato de sua Diretoria, outorgar opção de compra de suas ações a seus administradores, empregados e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

### **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 8º** - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas.

**Parágrafo 1º** - O mandato dos Conselheiros e Diretores é de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

**Parágrafo 2º** - O prazo de gestão dos Conselheiros e Diretores estender-se-á, validamente, até a investidura dos novos administradores eleitos.

**Parágrafo 3º** - A investidura dos Conselheiros e Diretores far-se-á mediante assinatura de termo de posse no livro próprio.

**Parágrafo 4º** - Os administradores perceberão a remuneração que lhes vier a ser fixada pela Assembléia Geral, além da participação nos lucros estipulada no artigo 24.

**Artigo 9º** - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral.

**Artigo 10** - A Assembléia Geral designará, dentre os Conselheiros eleitos, aqueles que irão ocupar a Presidência e a Vice-Presidência do Conselho.

**Parágrafo 1º** - Vagando o cargo de Presidente, assumirá a Presidência do Conselho o Vice-Presidente, que completará o mandato do Presidente. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho escolherá um de seus membros para substituí-lo, com mandato até a seguinte Assembléia Geral.

**Parágrafo 2º** - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, vagando qualquer cargo no Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes poderão designar um substituto que irá servir até a primeira Assembléia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembléia Geral para proceder-se a eleição de novos membros, os quais completarão o mandato dos substituídos.

**Artigo 11** - Competirá ao Presidente ou ao Vice-Presidente, este no caso de ausência ou impedimento do primeiro, convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, as quais se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros.

**Parágrafo Único** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate, e deverão sempre constar de atas lavradas em livro próprio. As atas que contiverem deliberações



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*  
destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro do comércio e posteriormente publicadas.

**Artigo 12** - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto nestes Estatutos;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- d) convocar anualmente a Assembléia Geral Ordinária, e a Extraordinária, quando julgar conveniente;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- f) escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e preferencialistas, se houver;
- g) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação;
- h) aprovar, previamente, a alienação ou a oneração de bens do ativo permanente da Companhia, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- i) deliberar sobre a emissão de novas ações, nos termos previstos no Artigo 7º;
- j) deliberar sobre a distribuição, entre os administradores da Companhia, da remuneração global que lhes tiver sido fixada pela Assembléia Geral;
- k) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, fixando-lhes as respectivas condições;
- l) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e sem garantia real.

**Artigo 13** - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração.

**Artigo 14** - Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, que não sejam de competência da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - A designação dos títulos dos cargos de Diretores e a fixação das respectivas atribuições serão estabelecidas em resolução específica do Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório. Na hipótese de ocorrência de vaga definitiva na Diretoria, o Conselho de Administração designará um substituto definitivo para completar o mandato do substituído.

**Parágrafo 3º** - A Companhia será representada:

- a) extrajudicialmente, por 2 (dois) Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por 2 (dois) procuradores em conjunto;
- b) judicialmente, pelo Diretor a quem esta competência for atribuída pelo Conselho de Administração, na Resolução de que trata o parágrafo 1º supra, ou por um procurador especialmente constituído para este fim.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*

**Parágrafo 4º** - Serão observados, quanto à outorga de mandatos, o disposto no parágrafo único do Art. 144 da Lei nº 6.404/76 e o que a respeito dispuser a mencionada resolução do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV – DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 15** - A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, percentagens mínimas que poderão ser reduzidas pela Comissão de Valores Mobiliários mediante fixação de escala em função do valor do capital social.

**Parágrafo Único** - A Assembléia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá e empossará os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 0,1 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, excluída a participação nos lucros.

**Artigo 16** - O Conselho Fiscal será composto de 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

**Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

**Artigo 17** - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia.

**Parágrafo Único** - Durante o período de funcionamento do Conselho Fiscal, ao menos um de seus membros deverá comparecer às Assembléias Gerais e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

#### **CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Artigo 18** - A Assembléia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações.

**Artigo 19** - A Assembléia Geral será dirigida por uma mesa composta de Presidente e Secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

**Artigo 20** – Para poder participar das Assembléias os acionistas deverão exhibir o documento de identidade e se, for o caso, comprovante da instituição depositária das ações, expedido com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da realização da Assembléia.

**Parágrafo Único** - A representação depende de depósito, na sede da Companhia, até 3 (três) dias antes da Assembléia, dos respectivos instrumentos de mandato.

**Artigo 21** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações assembleiárias, inclusive na hipótese de transformação do tipo jurídico da sociedade, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

#### **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS**

**Artigo 22** - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, facultado o levantamento de balanços em períodos menores.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*

**Artigo 23** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

**Artigo 24** - Feitas as deduções referidas no Artigo 23 supra, ~~será poderá ser~~ destacada, a critério do Conselho de Administração, uma participação de empregados no lucro e participação aos administradores da Companhia, esta última em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, ~~a qual não ou à poderá ultrapassar a~~ sua remuneração anual, se este limite for menor.

**Parágrafo 1º** - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Artigo 26 infra.

**Parágrafo 2º** - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, de acordo com deliberação específica do Conselho de Administração.

**Artigo 25** - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 23 e 24 acima, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976:

- a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal;
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

**Artigo 26** - Do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 25 supra, será distribuída a todos os acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando-se às ações preferenciais o direito à percepção de um dividendo 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária.

**Parágrafo Único** - O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado, por seu montante líquido do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório previsto neste artigo.

**Artigo 27** - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do artigo anterior, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

**Parágrafo 1º** - Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder à soma dos seguintes valores:

- a) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e
- b) lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

**Parágrafo 2º** - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

**Artigo 28** - A parcela dos lucros que remanescer, após as deduções previstas nos artigos 23 a 27, será transferida a uma Reserva para Investimentos, destinada a investimentos que venham a integrar o Ativo Circulante ou Permanente da Companhia.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 11: Reforma do Estatuto*

**Parágrafo Único** - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social realizado; atingido esse limite, a assembléia deliberará sobre a aplicação do excedente na integralização ou no aumento de capital, ou na distribuição de dividendos suplementares a todos os acionistas.

**Artigo 29** - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço trimestral ou semestral. Quando os dividendos declarados representarem percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, "ad referendum" da Assembléia, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais.

**Parágrafo Único** - O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

\*\*\*\*\*





Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

## DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

### Proposta da Administração para Distribuição de Dividendos

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal demonstrado, conforme abaixo:

	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	34.360
Realização da reserva de reavaliação	365
Realização da reserva de lucros a realizar	3.205
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	3.039
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-
(-) Compensação de prejuízos acumulados - baixa diferido	-
(-) Reserva legal	(2.048)
Lucro base para distribuição de dividendos	38.921
Dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro base)	
Dividendos propostos a pagar	<u><u>9.730</u></u>
Dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	1,20
Dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	1,32

#### 1. Informar o lucro líquido do exercício:

O Lucro Líquido do exercício 2010 foi de R\$ 34.360 mil. Este lucro, ajustado pela realização de reserva de reavaliação, de lucros a realizar e de ajustes de avaliação patrimonial, subtraindo a constituição de reserva legal, constitui lucro base para distribuição de dividendos no valor de R\$ 38.921 mil.

#### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Montante global de dividendos propostos R\$ 9.730 mil.

Dividendos por ação ordinária (R\$ por ação ON) - R\$ 1,20

Dividendos por ação preferencial (R\$ por ação PN) – R\$ 1,32

Não houve distribuição de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio para o exercício de 2010.

#### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Está sendo proposta a distribuição de 25% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado nos termos da lei 6.404/76.



Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

Não há distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

Dividendos para ações ON (ordinárias) – R\$ 8.894 mil (R\$ 1,20 por ação)

Dividendos para ações PN (preferenciais) – R\$ 836 mil (R\$ 1,32 por ação)

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:**

Os dividendos serão colocados a disposição dos acionistas em até 60 (sessenta) dias da data da deliberação.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:**

Não há incidência de atualização.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:**

A data da Assembléia Geral Ordinária (AGO) que deliberar a distribuição dos dividendos.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:**

	2010	2009*	2008	2007
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - em R\$ mil	34.360	21.951	(54.102)	14.718
Lucro (prejuízo) líquido por ação ON/PN - em R\$	4,2396	2,7085	(6,6755)	1,8212

\*2009: Alteração do lucro (prejuízo) líquido do exercício devido a adoção do IFRS - para fins comparativos

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:**



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II*

Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio por competência

(em R\$ mil)	2010	2009	2008	2007
Distribuição de dividendos para ações Ordinárias	8.894	3.537	-	232
Distribuição de dividendos para ações Preferenciais	836	335	-	51
	<u>9.730</u>	<u>3.872</u>	-	<u>283</u>
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Ordinárias	-	-	-	3.327
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Preferenciais	-	-	-	286
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.613</u>

  

(em R\$)	2010	2009	2008	2007
Dividendos distribuídos por ação Ordinária	1,19661	0,47410	-	0,07907
Dividendos distribuídos por ação Preferencial	1,31625	0,52152	-	0,03123
Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Ordinária	-	-	-	0,44698
Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Preferencial	-	-	-	0,44698

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal:**

Reserva Legal de R\$ 2.048 mil.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:**

A reserva legal é calculada conforme art. 193 da Lei 6.404/74 que determina a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para sua constituição.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:**

A Companhia não possui ações com direito a dividendos mínimos ou fixos.

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:**

Do lucro líquido ajustado, será distribuída a todos os acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando-se às ações preferenciais o direito à percepção de um dividendo 10% (dez por cento) maior que o atribuído as ações ordinárias.

O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado, por seu montante líquido do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório previsto.



*Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II*

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente:**

O valor do dividendo mínimo obrigatório está sendo distribuído de forma integral aos acionistas.

**c. Informar o montante eventualmente retido:**

Não se aplica.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:**

Não se aplica.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

Não se aplica.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

No ano de 2010, houve realização do montante de R\$ 5.395 mil referente à reserva de lucros a realizar de ativos biológicos. Esta reserva foi constituída em 01/01/2009 no valor de R\$ 97.786, por ocasião da adoção do CPC 29. O saldo em 31/12/2010 é de R\$ 79.770 mil.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

Não se aplica.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Montante destinado a reserva de retenção de lucros R\$ 29.191 mil.



Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Conforme orçamento programa de 2011, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de dezembro de 2010.

**CELULOSE IRANI S.A.**

<b>Orçamento de Capital 2011</b>			
[em R\$ mil]			
	<b>Correntes</b>	<b>Estratégicos</b>	<b>Total</b>
<b>Papel</b>	12.554	7.594	20.148
<b>Florestal</b>	5.070	-	5.070
<b>Embalagem SP</b>	816	-	816
<b>Embalagem SC</b>	1.560	-	1.560
<b>Necessidade de Capital de Giro</b>	6.835	-	6.835
<b>Total de Investimentos 2011</b>	<b>26.835</b>	<b>7.594</b>	<b>34.429</b>

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

Não se aplica.

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

(Dados apresentados de forma Consolidada e o termo Companhia utilizado no relatório compõe a Celulose Irani S/A e suas subsidiárias).

### 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### 10.1. Comentários dos Diretores sobre:

##### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais para cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, e implementar sua estratégia de negócio. De acordo com as demonstrações financeiras de 31.12.2010, 38,6% da dívida total estava no curto prazo, em montante de R\$ 127,7 milhões. As disponibilidades em 31.12.2010 perfaziam R\$ 50,8 milhões. A Companhia emitiu, em 25.03.2010, debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 100 milhões com prazo total de 5 anos e em 03.08.2010 emitiu, através de sua subsidiária Irani Trading S.A., Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no montante de R\$ 41,1 milhões e prazo de 3 anos. Estas emissões foram suficientes para fazer frente à necessidade de refinanciamento de 2010 e o nível de alavancagem operacional (Dívida Líquida/EBITDA) fechou em 3,04 vezes. Com isso segue a tendência de desalavancagem operacional a medida que o retorno do Projeto Superação é capturado e os financiamentos são liquidados. A administração entende que um índice de alavancagem operacional na casa das 2,5 vezes é uma estrutura de capital saudável e eficiente, mantidos prazos médios de liquidação alongados.

##### b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

	2010	ah %	2009	ah %	01.01.09
Total de dívidas*	331.204	9,0	303.806	(20,3)	381.013
(-) Disponibilidades*	50.846	233,9	15.227	223,3	4.710
Dívida Líquida	280.358	(2,8)	288.579	(23,3)	376.303
Patrimônio líquido	467.116	5,5	442.713	4,2	424.666
Capital social realizado	63.381	-	63.381	-	63.381

\*Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, partes relacionadas da Habitasul Desenvolvidos Imobiliários, debêntures e Cédula de crédito imobiliário – CRI.

\*Disponibilidades: Composta por caixa e equivalentes de caixa e bancos conta vinculada Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil, que representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas de empréstimo pré pagamento de exportações e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.

A Administração da Companhia entende que os níveis de alavancagem (*Capital de Terceiros/Capital Próprio*) estão adequados ao momento de pós investimento. O Patrimônio Líquido de 31.12.2010 era de R\$ 467,1 mil e a Dívida Líquida de R\$ 280,3 mil, o que demonstra uma estrutura de capital de 62,5% de capital próprio e 37,5% de capital de terceiros.

Em 24.11.2010 o Conselho de Administração aprovou a recompra de ações no mercado de até 10% das ações em circulação para posterior cancelamento ou alienação. O plano de recompra de



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM n° 480 e 481/09)

ações tem validade até 23.11.2011. Os limites para compra são de até 18.646 ações preferenciais escriturais e 62.356 ações ordinárias escriturais. Até 31.12.2010 haviam sido recompradas 7.900 ações ordinárias e 1.200 ações preferenciais.

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A evolução da Dívida Líquida / EBITDA tem seu ponto de alavancagem mais elevado em dezembro de 2008, devido ao carregamento integral da dívida referente aos investimentos realizados no Projeto Superação (R\$ 160,8 milhões). A relação Dívida Líquida / EBITDA caiu de 6,35 vezes (dezembro de 2008) para 3,13 vezes (dezembro de 2009) e fechando 2010 em 3,04 vezes. Neste período houve, por um lado, o incremento do EBITDA e por outro a redução do endividamento pela liquidação da dívida e valorização do Real em relação ao Dólar e Euro.

A Administração da Companhia entende que, com a estrutura da dívida em 31.12.2010 e levando em consideração a geração de caixa operacional EBITDA nos patamares apresentados em 2010, é perfeitamente possível honrar os compromissos assumidos no curto e no longo prazo, desde que não ocorram mudanças relevantes no cenário econômico e de crédito no Brasil e no mundo.

Indicadores Econômicos Financeiros	2010	2009	2008
Faturamento líquido	442.686	349.997	388.391
Lucro (prejuízo) líquido	34.360	21.951	(54.223)
Resultado financeiro	(41.619)	12.845	(91.189)
Endividamento oneroso líquido (dívida líquida)	280.358	288.579	376.303
Passivo exigível / passivo total	59,2%	58,3%	62,8%
EBITDA ajustado	92.216	92.340	58.511
Endividamento oneroso líquido / EBITDA	3,0	3,1	6,4

Nota: EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

No EBITDA ajustado apresentado foram somados valores de Provisões de R\$ 9.432 em 2010, R\$ 4.581 em 2009, R\$ 10.238 em 2008 e Eventos não recorrentes nos valores de R\$ (1.645) em 2009 e de R\$ 2.316 em 2008.

O prejuízo de 2008 decorreu basicamente da valorização do dólar frente ao real que provocou efeitos de variação cambial negativa na despesa financeira. Esta variação cambial teve efeito apenas econômico e foi praticamente toda revertida em 2009.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e**

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia utiliza linhas de curto prazo e de longo prazo junto a instituições financeiras para financiar sua necessidade de capital de giro.

Para os investimentos do Projeto Superação realizado durante os anos 2007 e 2008, a Companhia captou recursos via financiamentos de pré-pagamento de exportação e de linhas BNDES (Finames) com vencimentos de longo prazo. Para financiamentos de capital de giro e demais investimentos a Companhia utiliza linhas de créditos disponíveis pelas instituições financeiras e que apresentam taxas de remuneração razoáveis.

A Companhia emitiu em 2010 debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição no valor de emissão de R\$ 100 milhões (cem milhões de reais). Os recursos obtidos com a emissão das debêntures foram utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas de curto prazo e/ou dispêndios realizados e a realizar dentro das atividades da Companhia. As debêntures vencerão após 60 (sessenta) meses da data de emissão e serão amortizadas em 8 (oito) parcelas semestrais a partir do 18º (décimo oitavo) mês seguinte à data da emissão.

Também em 2010 a Companhia emitiu Instrumento Particular de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, lastreada em contrato de locação com a controlada Irani Trading S.A. Através de cessão do CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização, foram emitidos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs, que foram pagos a preço da cessão de R\$ 40.833. Esta operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais, com término em agosto de 2013.

**f) níveis de endividamento e características das dívidas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e cédula de crédito imobiliário - CRI que somavam R\$ 331.204, sendo que R\$ 127.700 representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 203.504 empréstimos de longo prazo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$ 303.500, sendo que R\$ 134.775 representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 168.725 empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2010, 38,6 % do endividamento total correspondiam a dívida de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, essa relação era de 44,5% e 31,6%, respectivamente.

O endividamento líquido consolidado (com credores financeiros menos disponibilidades, conforme conceito apresentado no item 10.1 b), em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 280.358, em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 288.579 e em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 376.303.





## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

O endividamento total consolidado (com credores financeiros) em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 331.204, em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 303.806, enquanto que, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 381.013.

A tabela abaixo demonstra a dívida (com credores financeiros) de curto e longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia nos períodos indicados:

Indicadores Econômicos Financeiros	2010	ah%	2009	ah%	2008
Dívidas de curto prazo					
Moeda Nacional	100.208	53,9	65.126	0,2	64.978
Moeda estrangeira	27.492	(60,7)	69.955	17,0	59.811
Total curto prazo	127.700	(5,5)	135.081	8,2	124.789
Dívidas de longo prazo					
Moeda Nacional	131.155	104,5	64.126	(4,9)	67.401
Moeda estrangeira	72.349	(30,8)	104.599	(44,6)	188.823
Total longo prazo	203.504	20,6	168.725	(34,1)	256.224
Total de dívidas*	331.204	9,0	303.806	(20,3)	381.013
(-) Disponibilidades*	50.846	233,9	15.227	223,3	4.710
Dívida líquida	280.358	(2,8)	288.579	(23,3)	376.303
Patrimônio líquido	467.116	5,5	442.713	4,2	424.666
Capital social realizado	63.381	-	63.381	-	63.381

\*Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, partes relacionadas da Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários, Debêntures e Cédula de crédito imobiliário – CRI.

\*Disponibilidades: Composta por caixa e equivalentes de caixa e bancos conta vinculada Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil, que representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas de empréstimo pré pagamento de exportações e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.

- i) A tabela abaixo mostra o endividamento bancário da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 01 de janeiro de 2009.



Celulose Irani S.A.

## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	
<b>Circulante</b>				
Moeda nacional				
FINAME	10.252	12.947	16.623	a)
Capital de giro	63.308	50.301	35.144	b)
Leasing financeiro	602	1.572	1.412	c)
Duplicatas Descontadas / Valor	-	-	4.831	
Total moeda nacional	<u>74.162</u>	<u>64.820</u>	<u>58.010</u>	
Moeda estrangeira				
Leasing financeiro	2.199	2.297	3.084	d)
Adiantamento de contrato de câmbio	322	7.339	23.311	e)
Banco Votorantim	1.186	3.122	4.239	f)
Banco Itaú BBA	-	11.511	17.543	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	347	375	928	g)
Toronto Dominion Bank	310	324	434	h)
Banco Credit Suisse	16.824	34.273	4.133	i)
Banco C.I.T.	863	972	1.257	j)
Banco Santander (Brasil)	1.400	1.536	2.180	k)
Banco Santander	1.840	2.074	2.702	l)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	2.201	6.132	-	m)
Total moeda estrangeira	<u>27.492</u>	<u>69.955</u>	<u>59.811</u>	
Total do circulante	<u>101.654</u>	<u>134.775</u>	<u>117.821</u>	
<b>Não Circulante</b>				
Moeda nacional				
FINAME	15.066	25.807	31.656	a)
Capital de giro	5.174	37.900	32.832	b)
Leasing financeiro	694	419	1.752	c)
Total moeda nacional	<u>20.934</u>	<u>64.126</u>	<u>66.240</u>	
Moeda estrangeira				
Leasing financeiro	3.601	6.800	12.490	d)
Banco Votorantim	-	1.261	5.946	
Banco Itaú BBA	-	4.796	-	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	375	464	g)
Toronto Dominion Bank	155	485	1.086	h)
Banco Credit Suisse	63.090	77.115	148.240	i)
Banco C.I.T.	863	1.944	3.771	j)
Banco Santander (Brasil)	2.800	4.609	8.720	k)
Banco Santander	1.840	4.148	8.106	l)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	-	3.066	-	m)
Total moeda estrangeira	<u>72.349</u>	<u>104.599</u>	<u>188.823</u>	
Total do não circulante	<u>93.283</u>	<u>168.725</u>	<u>255.063</u>	
Total	<u>194.937</u>	<u>303.500</u>	<u>372.884</u>	

Estão apresentados abaixo, os índices de atualização dos empréstimos, bem como sua exigibilidade e vencimento final de cada um, na data base 31 de dezembro de 2010.

### Empréstimos em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,73% a.a., com vencimento final em 2019.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

- b) Capital de Giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,57% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2012.
- c) Leasing Financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 21,7% a.a. com vencimento final no início de 2014.

### Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 9,37% a.a. para operações em dólar e de 4,89% a.a. para operações em Euro.

- d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- e) Os adiantamentos de contrato de câmbio são atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro e têm suas faturas fixadas para liquidação até fevereiro de 2011.
- f) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em junho de 2011.
- g) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no segundo semestre de 2011.
- h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- i) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia. Em 30 de setembro de 2010 a Companhia renegociou os prazos e os valores de amortização das parcelas trimestrais, passando o vencimento final do contrato de 2013 para 2015.
- j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.
- m) Banco Santander P.P.E.- Pré pagamento de exportação – atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

### Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e ativos biológicos (florestas), com valor aproximado de R\$ 163.000.

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel e ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia. Essas garantias têm valor aproximado de R\$ 184.000.

Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

### Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

#### Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 11% em 2007 e 17% de 2008 a 2013;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6 vezes em 2007 e de 3 vezes de 2008 a 2013;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato;

#### Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3,50 vezes para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,25 vezes para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, (iii) 3,0 vezes para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012; 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; e 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,0 vezes para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010; 2,25 vezes para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e de 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2015;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 50% do valor da Depreciação somada a Exaustão e Amortização para o ano de 2009 e não superiores a 75% para os anos de 2010 a 2015. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse e Banco Santander.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

- ii) Também compõe o total de dívidas da companhia operações de Debêntures e Cédula de crédito imobiliário, conforme segue:

### **Debêntures**

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão após abril de 2015 e serão amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de Setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

### **Garantias:**

As Debêntures contam com garantias reais no valor aproximado de R\$ 164.500, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 20 milhões.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40 milhões.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

### **Cláusulas Financeiras Restritivas:**

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro , 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 , 2,00 x (duas vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

### **Cédula de Crédito Imobiliário - CRI**

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A..

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

### Garantias:

A Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.800, sendo:

- Hipoteca dos imóveis da Celulose Irani S/A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
- Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

### Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 , 2,00 x (duas vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).

a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

### **g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia possuía aproximadamente R\$ 355 milhões de limites de crédito em 31.12.2010, sendo que R\$ 331,2 milhões estavam contratados e estão registrados na sua posição de endividamento naquela data.

### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

#### **Elaboração das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, sendo estas as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS pela Companhia, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras de 2008 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriores ao advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

#### **Demonstrações do resultado consolidado, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008:**





## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

	<u>2010</u>	ah%	<u>2009</u>	ah%	<u>2008</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b>442.686</b>	<b>26,5</b>	<b>349.997</b>	<b>(9,9)</b>	<b>388.391</b>
Custo dos produtos vendidos	(320.090)	19,8	(267.207)	(10,3)	(297.894)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	50.738	1.272,8	3.696	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>173.334</b>	<b>100,4</b>	<b>86.486</b>	<b>(4,4)</b>	<b>90.497</b>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(37.661)	5,1	(35.832)	(11,8)	(40.605)
Gerais e administrativas	(48.458)	42,2	(34.073)	(11,4)	(38.447)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(41.619)	(424,0)	12.845	(114,1)	(91.189)
Outras receitas operacionais	4.226	(92,2)	54.029	308,3	13.234
Outras despesas operacionais	(4.102)	(89,1)	(37.768)	151,3	(15.028)
Participação dos administradores	(3.818)		-		(310)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>41.902</b>	<b>(8,3)</b>	<b>45.687</b>	<b>(155,8)</b>	<b>(81.848)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.831)	776,7	(437)	45,2	(301)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218	(101,1)	(19.657)	(170,4)	27.913
Participação de acionistas minoritários	(1)		(1)		13
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>38.288</b>	<b>49,6</b>	<b>25.592</b>	<b>(147,2)</b>	<b>(54.223)</b>
PREJUÍZO LÍQUIDO DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA	(3.928)	7,9	(3.641)		-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>34.360</b>	<b>56,5</b>	<b>21.951</b>	<b>(140,5)</b>	<b>(54.223)</b>

### Análise Comparativa dos períodos da sociedade encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008

Abaixo, segue a análise comparativa da evolução das principais contas que compõem as demonstrações do resultado consolidado encerrado em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008.

#### Receita Líquida de Vendas

Em 2010 a receita líquida apresentou aumento de 26,5% em relação a 2009, somando R\$ 442.686. Este bom desempenho representou o retorno dos investimentos realizados em 2007/2008 que modernizou e aumentou a capacidade de produção de papel e embalagem.

Em 2009 a receita líquida reduziu 9,9% em relação a 2008 somando R\$ 349.997, em função da crise financeira.

#### Custo dos Produtos Vendidos

Os custos dos produtos vendidos apresentaram em 2010 aumento de 19,8% em relação 2009, seguindo a mesma tendência verificada na receita líquida.

Os custos dos produtos vendidos apresentaram em 2009 queda em relação a 2008 de 10,3%, verificados pela queda da Receita Líquida e principalmente pela captura dos benefícios dos investimentos do Projeto Superação finalizados em 2008. Já em 2008 os custos analisados refletem as oscilações dos volumes de venda no mesmo período. Ainda em 2008 os custos foram afetados pelas obras do Projeto Superação, que significaram inúmeros custos não recorrentes,



## **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

como indenizações trabalhistas na substituição dos funcionários devido a transferência da fábrica de Santana de Parnaíba – SP para Indaiatuba - SP, operação simultânea das duas plantas durante 2 meses no período de transição, parada superior a 30 dias da máquina de Papel 5 para a implementação da modernização, e pela curva de aprendizado do projeto.

A variação do valor do ativo biológico, registrado no Custo dos Produtos Vendidos, foi de 1.273% em 2010 em relação a 2009, em função, principalmente, do aumento do preço da madeira verificado durante o ano de 2010. Em 2008, pelas normas contábeis da época, não era permitido registrar a variação do valor justo destes ativos.

### **Lucro Bruto**

Em 2010 o lucro bruto apresentou um expressivo crescimento de 100,4% quando comparado a 2009, parte alinhado ao crescimento da receita líquida de vendas, e ainda, ajudado pela variação positiva do valor justo dos ativos biológicos, que passou a compor o resultado da Companhia com as adequações as normas internacionais de relatórios financeiros – IFRS.

O lucro bruto consolidado de 2009 teve redução de 4,4% comparando com o ano anterior.

### **Despesas Operacionais com Vendas**

As despesas com vendas mantiveram estáveis em 2010 em relação ao ano anterior. Já, em 2009, apresentaram uma redução de 11,8% em relação a 2008, alinhado as reduções de volumes de vendas apresentadas no período e as estratégias da Companhia de redução de custos.

### **Despesas Operacionais gerais e administrativas**

Em 2010 as despesas operacionais gerais e administrativas tiveram um aumento de 42,2% em relação a 2009, devido, principalmente, ao pagamento de remuneração variável a todos os trabalhadores e ao reenquadramento salarial implementado para acompanhar os movimentos do mercado.

As despesas operacionais gerais e administrativas em 2009 foram 11,4% menores em relação a 2008, em função de um programa de redução de custos implementado durante o período de crise financeira.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

### Resultado financeiro

	2010	2009	2008
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	4.737	269	1.268
Juros	986	1.165	175
Descontos obtidos	215	514	395
Descontos s/ amort. antec. empréstimo	-	-	777
	<u>5.938</u>	<u>1.948</u>	<u>2.615</u>
Variação cambial			
Variação cambial ativa	28.831	73.590	34.131
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	1.999	-	-
Variação cambial passiva	(26.645)	(14.774)	(95.972)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(4.545)	-	-
Variação cambial líquida	<u>(360)</u>	<u>58.816</u>	<u>(61.841)</u>
Despesas financeiras			
Juros	(44.518)	(43.719)	(30.530)
Descontos concedidos	(181)	(928)	(193)
Deságios/despesas bancárias	(552)	(2.971)	(630)
Outros	(1.946)	(301)	(610)
	<u>(47.197)</u>	<u>(47.919)</u>	<u>(31.963)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(41.619)</u>	<u>12.845</u>	<u>(91.189)</u>
Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada	<u>(1.125)</u>	<u>(257)</u>	<u>-</u>

O Resultado financeiro está afetado pela oscilação do Dólar e do EURO que são base de atualização de determinados financiamentos da Companhia, o que ocasiona efeitos de variação cambial ativa e passiva no decorrer dos anos avaliados.

Nas receitas e despesas financeiras apresentadas estão inclusas as variações cambiais ativas e passivas, conforme segue:

R\$ mil	2010	2009	2008
Variação cambial ativa	30.830	73.589	34.131
Variação cambial passiva	(31.190)	(14.766)	(95.974)
Variação cambial líquida	(360)	58.823	(61.843)

O resultado financeiro sem variação cambial apresenta-se da seguinte forma:

R\$ mil	2010	2009	2008
Resultado Financeiro sem variação cambial	(42.384)	(46.235)	(29.346)

\*inclui resultado da operação descontinuada.

Em 2010, o Resultado Financeiro Líquido das variações cambiais foi 8,3% menor que no ano de 2009, devido a reestruturação da dívida feita em 2010. Em 2009 este resultado foi 57,5%, maior



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

que em 2008, em função dos empréstimos e financiamentos contratados para a implementação do Projeto Superação.

### Outras receitas operacionais

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.08</u>
Receita de bens alienados	-	29.344	1.527
Benefícios parcelamento REFIS	-	18.367	-
Vendas créditos de carbono	-	-	6.652
Estorno de contingências	174	4.211	-
Outras receitas operacionais	1.212	1.380	1.071
Receita de bens alienados e sinistrados	2.059	-	-
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	781	727	1.145
Grupamento de ações	-	-	1.317
Termo de quitação Brasil Telecom S.A.	-	-	1.044
Provisão redução PAES RFB	-	-	478
	<u>4.226</u>	<u>54.029</u>	<u>13.234</u>

Receita de bens alienados: Em 28 de setembro de 2009, a Companhia realizou a venda de 3.284,78 hectares de terras localizadas no município de Caçador, estado de Santa Catarina para Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento Ltda por R\$ 27,5 milhões. Nos imóveis vendidos a Companhia cultivava pinus.

Benefícios parcelamento REFIS: Refere-se a benefícios auferidos por meio do recálculo e reduções concedidas na Lei 11.941/2009 em decorrência da migração dos parcelamentos anteriormente adotados pela Companhia perante a Previdência Social e a Receita Federal do Brasil, e na MP 470/2009 em decorrência da sua utilização para liquidação de débitos federais objeto de autos de infração.

### Outras despesas operacionais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão IPI extemporâneo	-	(6.836)	-
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(2.780)	(28.275)	(501)
Outras despesas operacionais	(1.112)	(2.077)	(1.273)
Provisão para perda em controlada	(210)	-	-
Provisão contingências cíveis e trabalhistas	-	(580)	(460)
Amortização do diferido	-	-	(827)
Provisão para impostos diferidos	-	-	(560)
Intermediação venda crédito de carbono	-	-	(1.529)
Baixa diferido	-	-	(1.731)
Indenização trabalhista	-	-	(3.955)
Amortização ágio Habitusul Florestal	-	-	(4.192)
	<u>(4.102)</u>	<u>(37.768)</u>	<u>(15.028)</u>



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

### Lucro (prejuízo) operacional

O lucro (prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários foi de R\$ 41.902 em 2010, R\$ 45.687 em 2009 e R\$ (81.848) em 2008.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado antes dos impostos	39.765	40.116	(81.538)
Alíquota Básica	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	<u>(13.520)</u>	<u>(13.639)</u>	<u>27.723</u>
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:			
Equivalência patrimonial	-	-	-
RTT - Ajustes do Regime Tributário de Transição	-	119	(99)
Realização reserva reavaliação por alienação	-	(3.663)	-
Diferença de tributação empresas controladas	11.079	2.778	-
Outras diferenças permanentes	851	(3.813)	(12)
Operação descontinuada	<u>(2.023)</u>	<u>(1.876)</u>	<u>-</u>
	<u>(3.613)</u>	<u>(20.094)</u>	<u>27.612</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.831)	(437)	(301)
Imposto de renda e contribuição social diferido	218	(19.657)	27.913

### Lucro (prejuízo) líquido do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$ 34.360 em 2010, R\$ 21.951 em 2009 e prejuízo de R\$ (54.223) em 2008.

### Principais Variações nas Contas Patrimoniais

#### Ativo



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

ATIVO	<u>31.12.10</u>	ah%	<u>31.12.09</u>	ah%	<u>01.01.09</u>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	40.362	1.234,3	3.025	120,8	1.370
Contas a receber de clientes	78.900	28,4	61.457	13,4	54.195
Estoques	39.007	19,4	32.659	(8,3)	35.616
Impostos a recuperar	8.650	27,7	6.775	(47,0)	12.789
Bancos conta vinculada	6.419	(47,4)	12.202	265,3	3.340
Outras contas a receber	8.445	(22,9)	10.948	14,6	9.551
	<u>181.783</u>	43,1	<u>127.066</u>	8,7	<u>116.861</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	2.401	(52,3)	5.038	(38,3)	8.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.252	23,7	11.518	(73,1)	42.848
Depósitos Judiciais	7.513	(0,8)	7.570	5,0	7.210
Bancos conta vinculada	4.065	-	-	-	-
Outras contas a receber	5.118	207,8	1.663	587,2	242
Investimentos	-	-	458	-	-
Imobilizado	684.323	(3,5)	709.409	(4,7)	744.133
Ativos biológicos	238.215	19,3	199.743	(9,8)	221.342
	<u>955.887</u>	2,2	<u>935.399</u>	(8,6)	<u>1.023.944</u>
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>					
Ativos de operações descontinuadas	<u>7.090</u>	-	<u>-</u>	-	<u>-</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>1.144.760</u>	7,7	<u>1.062.465</u>	(6,9)	<u>1.140.805</u>

### Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Fundo fixo	21	20	52
Bancos	2.445	3.005	1.318
Aplicações financeiras	37.896	-	-
	<u>40.362</u>	<u>3.025</u>	<u>1.370</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 100,5% do CDI.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

### Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes incluindo os prazos de vencimento estão apresentados conforme abaixo:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Contas a receber de:			
Clientes - mercado interno	82.357	63.258	52.386
Clientes - mercado externo	2.949	4.241	7.664
	<u>85.306</u>	<u>67.499</u>	<u>60.050</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.406)	(6.042)	(5.855)
	<u>78.900</u>	<u>61.457</u>	<u>54.195</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
A vencer	75.644	55.979	47.852
Vencidos até 30 dias	2.203	3.612	5.550
Vencidos de 31 a 60 dias	563	1.000	309
Vencidos de 61 a 90 dias	288	139	97
Vencidos de 91 a 180 dias	48	78	164
Vencidos há mais de 180 dias	6.560	6.691	6.078
	<u>85.306</u>	<u>67.499</u>	<u>60.050</u>

### Estoques

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Produtos acabados	7.975	6.475	12.120
Materiais de produção	20.370	16.684	14.999
Materiais de consumo	10.340	9.333	7.744
Outros estoques	322	167	753
	<u>39.007</u>	<u>32.659</u>	<u>35.616</u>

Os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares razoáveis, e representam adequadamente a posição ao final de cada ano.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

### Impostos a recuperar

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS sobre aquisição de imobilizado	5.298	8.169	12.043
ICMS	888	984	1.382
IPI	4.147	557	538
Imposto de renda	550	1.529	4.681
Contribuição social	153	559	1.719
Outros	15	15	595
	11.051	11.813	20.958
Parcela do circulante	8.650	6.775	12.789
Parcela do não circulante	2.401	5.038	8.169

As principais movimentações de impostos a recuperar estão apresentadas em ICMS sobre aquisição de imobilizado que teve aumento no ano de 2008 em relação a 2007, por ser este período em que foram adquiridos os grandes investimentos do Projeto Superação, e que diminuiu em 2009 e em 2010 pela sua utilização conforme regras permitidas de seu creditamento.

Quanto ao IPI a recuperar, se referem a créditos gerados em relação a aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

### Bancos Conta Vinculada

Banco do Brasil – Nova York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela vincenda em fevereiro de 2011.

Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB.

Alienação de Terras – representa o valor retido em conta vinculada até a certificação do georreferenciamento pelo INCRA de área de terras vendida no ano de 2009. O valor foi liberado em 12 de fevereiro de 2010.

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Banco do Brasil - Nova York	5.975	-	-
Banco Credit Suisse - Brasil	4.509	3.803	3.340
Alienação de terras	-	8.399	-
	10.484	12.202	3.340
Parcela do circulante	6.419	12.202	3.340
Parcela do não circulante	4.065	-	-





## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

### Outras contas a Receber

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Créditos de carbono	5.789	3.726	5.010
Adiantamento a fornecedor	357	921	1.311
Brasil Telecom S.A.	-	-	820
Créditos de funcionários	835	619	834
Renegociação de clientes	3.656	3.123	655
Despesas antecipadas	2.298	2.119	591
Outros créditos	628	2.103	572
	<u>13.563</u>	<u>12.611</u>	<u>9.793</u>
Parcela do circulante	8.445	10.948	9.551
Parcela do não circulante	5.118	1.663	242

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos constam cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Imposto de renda diferido ativo			
Sobre provisões temporárias	9.206	6.159	13.423
Sobre prejuízo fiscal	1.272	2.308	18.082
Contribuição social diferida ativa			
Sobre provisões temporárias	3.316	2.220	4.833
Sobre base de cálculo negativa	458	831	6.510
	<u>14.252</u>	<u>11.518</u>	<u>42.848</u>



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Estes serão amortizados, com base em resultados futuros conforme projeções orçamentárias da Companhia.

### Imobilizado

	Valor líquido		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Terrenos	169.014	169.184	182.240
Prédios e construções	118.624	124.100	114.886
Equipamentos e instalações	344.115	363.957	370.675
Veículos e tratores	603	416	537
Outras imobilizações*	5.076	5.523	6.195
Imobilizações em andamento	7.736	4.071	28.635
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.741	6.896	2.365
Bens contratados em leasing financeiro	17.745	19.951	22.646
Imobilizações em imóveis de terceiros	14.669	15.311	15.954
	<u>684.323</u>	<u>709.409</u>	<u>744.133</u>

(\*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, programas e equipamentos de informática.

### - Custo atribuído dos ativos

A Companhia optou por adotar o custo atribuído aos ativos imobilizados, terrenos, prédios e construções e equipamentos e instalações. Os valores foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresas especializadas e os efeitos foram reconhecidos em cada uma das classes de ativos avaliadas. A composição dos valores de custo atribuído em 01.01.10 se apresenta conforme segue:

	Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Terrenos	28.164	142.241	170.405
Prédios e construções	38.038	74.186	112.224
Equipamentos e instalações	180.341	198.793	379.134
	<u>246.543</u>	<u>415.220</u>	<u>661.763</u>

### Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia foram atualizados a valor justo, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

	Consolidado		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Custo de formação dos ativos biológicos	44.003	42.816	45.754
Diferencial do valor justo	<u>194.212</u>	<u>156.927</u>	<u>175.588</u>
Ativo biológico a valor justo	<u><u>238.215</u></u>	<u><u>199.743</u></u>	<u><u>221.342</u></u>

### Principais variações nas contas patrimoniais

#### Passivo e Patrimônio Líquido



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.12.10</b>	<b>ah%</b>	<b>31.12.09</b>	<b>ah%</b>	<b>01.01.09</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	101.654	(24,6)	134.775	14,4	117.821
Fornecedores	39.632	6,1	37.352	(10,0)	41.482
Obrigações sociais e previdenciárias	9.889	37,7	7.184	3,0	6.974
Obrigações tributárias	7.432	(5,0)	7.826	21,6	6.434
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	-	1.038	(78,3)	4.777
Parcelamentos tributários	4.113	13,6	3.620	(6,7)	3.880
Debêntures	12.788	-	-	-	-
Cédula de crédito imobiliário - CRI	13.258	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	1.941	25,5	1.547	(4,9)	1.626
Partes relacionadas	-	-	306	(95,6)	6.968
Dividendos a pagar	9.775	152,5	3.872	12.000,0	32
Outras contas a pagar	9.214	23,1	7.485	43,9	5.203
	<u>209.696</u>	2,3	<u>205.005</u>	5,0	<u>195.197</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Empréstimos e financiamentos	93.283	(44,7)	168.725	(33,8)	255.063
Debêntures	88.124	-	-	-	-
Cédula de crédito imobiliário - CRI	22.097	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.161
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	39.928	44,3	27.664	(53,6)	59.597
Parcelamentos tributários	14.624	2,3	14.292	15,3	12.397
Obrigações Tributárias	6.230	959,5	588	-	-
Outras contas a pagar	621	(40,7)	1.048	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.027	0,3	202.422	5,0	192.719
	<u>467.934</u>	12,8	<u>414.739</u>	(20,4)	<u>520.937</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	63.381	-	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria	(309)	286,3	(80)	81,8	(44)
Reserva de reavaliação	10.044	(3,5)	10.409	(13,4)	12.023
Reserva legal	2.863	251,7	814	-	-
Reserva de lucros a realizar	79.770	(6,3)	85.165	(13,0)	97.866
Ajustes de avaliação patrimonial	273.631	(0,3)	274.479	(2,6)	281.851
Reserva de retenção de lucros	37.736	341,6	8.545	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(30.411)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>					
	<u>467.116</u>	5,5	<u>442.713</u>	4,2	<u>424.666</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>					
	<u>14</u>	75,0	<u>8</u>	60,0	<u>5</u>
	<u>467.130</u>		<u>442.721</u>		<u>424.671</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>1.144.760</u>	7,7	<u>1.062.465</u>	(6,9)	<u>1.140.805</u>



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

### Empréstimos e Financiamentos

As variações de empréstimos e financiamentos, debêntures e cédula de crédito imobiliário - CRI estão representadas no item 10.1. Comentários dos Diretores sobre: f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

### Fornecedores

CIRCULANTE	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Interno			
Materiais	32.695	28.077	25.909
Ativo imobilizado	291	658	1.956
Prestador de serviços	2.160	2.823	5.089
Transportadores	4.287	4.735	5.122
Partes relacionadas	(462)	802	-
Externo			
Materiais	661	257	3.406
	<u>39.632</u>	<u>37.352</u>	<u>41.482</u>

### Parcelamentos Tributários

#### CIRCULANTE

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Parcelamento REFIS INSS	674	1.226	1.354
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.418	1.407	1.580
Parcelamento ICMS	1.321	970	931
Parcelamento CSLL	-	17	15
Parcelamento INSS Patronal	700	-	-
	<u>4.113</u>	<u>3.620</u>	<u>3.880</u>

#### NÃO CIRCULANTE

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	<u>Vencimento</u>
Parcelamento REFIS INSS	608	1.137	5.158	Junho 2013
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.353	9.274	7.225	Novembro 2025
Parcelamento ICMS	3.509	3.881	-	Outubro 2014
Parcelamento CSLL	-	-	14	Novembro 2010
Parcelamento INSS Patronal	2.154	-	-	Abril 2015
	<u>14.624</u>	<u>14.292</u>	<u>12.397</u>	

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Em virtude desta opção ocorreram variações nessas contas de parcelamento. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

### Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Passivo

Em 2009 e 2010 a Companhia, de acordo com a MP nº 2.158-35/2001 art. 30 adotou o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no Valor Justo dos ativos biológicos e no Custo Atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos.

Os efeitos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 são:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
<b>Imposto de renda diferido passivo</b>			
Varição cambial a realizar pelo Regime de Caixa	8.757	13.618	-
Valor Justo dos ativos biológicos	31.635	27.204	30.229
Custo Atribuído do ativo imobilizado	104.439	103.484	106.766
Reserva de Reavaliação	4.258	4.397	4.554
<b>Contribuição social diferida passiva</b>			
Varição cambial a realizar pelo Regime de Caixa	3.153	4.902	-
Valor Justo dos ativos biológicos	11.653	9.982	11.097
Custo Atribuído do ativo imobilizado	37.599	37.253	38.434
Reserva de Reavaliação	1.533	1.582	1.639
	<u>203.027</u>	<u>202.422</u>	<u>192.719</u>

### Partes Relacionadas

	Contas a pagar			Mútuo Passivo			Despesas	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	2010	2009
Irani Trading S.A.	1.389	-	-	-	-	-	-	-
Habitasul Florestal S.A.	456	-	-	-	-	-	-	-
Irani Participações	-	-	38	-	-	-	480	480
Companhia Com.de Imóveis	-	149	133	-	-	-	447	1.618
Habitasul Desen.Imob.	-	-	-	-	306	8.129	-	2.282
Fazenda São Clemente	149	-	-	-	-	-	1.341	-
Remuneração dos administradores	3.818	1.635	2.166	-	-	-	5.003	2.681
<b>Total</b>	<u>5.812</u>	<u>1.784</u>	<u>2.337</u>	<u>-</u>	<u>306</u>	<u>8.129</u>	<u>7.271</u>	<u>7.061</u>
Parcela circulante	<u>(5.812)</u>	<u>(1.784)</u>	<u>(2.337)</u>	<u>-</u>	<u>(306)</u>	<u>(6.968)</u>		
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.161</u>		

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA. são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está sendo locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de Outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos junto a Fazenda São Clemente decorrem de contrato de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis, o valor mensal contratado foi de R\$ 125 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria e participação dos administradores.

### Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Provisão cíveis	7.669	7.667	7.610
Provisão trabalhistas	575	2.159	6.345
Provisão tributárias	31.684	18.876	50.419
	<u>39.928</u>	<u>28.702</u>	<u>64.374</u>
Parcela do circulante	-	1.038	4.777
Parcela do não circulante	39.928	27.664	59.597

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela liquidação de parte dos autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal em novembro de 2006 referentes a créditos de IPI sobre aquisição de insumos Não Tributados e Alíquota Zero. A liquidação foi realizada pela compensação com impostos oriundos de prejuízo fiscal como determina a MP 470/09. Por este motivo o valor de Provisão para contingências tributárias apresentou redução em 2009 em relação a 2008.

As provisões tributárias são aumentadas em razão de a Companhia realizar compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. Esta compensação representa em 31 de dezembro de 2010 R\$ 30.380 do saldo desta conta.

### 10.2. Os diretores devem comentar:

**a) resultados das operações da Companhia**

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

**O ano de 2008** foi marcado, no ambiente externo, pela forte crise financeira e econômica que se instalou a partir do mês de setembro e, no ambiente interno da Companhia, pela conclusão do Projeto Superação, onde foram alocados R\$ 160,8 milhões na modernização das fábricas de papel e embalagem.

A Receita Líquida da IRANI consolidada cresceu, em 2008, 10,8% em relação a 2007. Esse crescimento verificado pela Companhia ocorreu em virtude principalmente, dos aumentos de produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas plantas: em Indaiatuba (SP) onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante este ano. A fábrica de Papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Companhia, neste ano, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagens.

O dólar oscilou entre queda no primeiro semestre de 2008 e alta a partir do segundo semestre, fechando o ano com valorização de 32% sobre o fechamento de 2007. A desvalorização do real teve forte impacto no resultado da Empresa, devido à atualização dos empréstimos e financiamento denominados em dólar e em euro. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos em moeda forte equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção do fluxo de caixa, não gerando desencaixes expressivos ou não esperados por conta dessa mudança brusca na cotação das moedas. Neste mesmo sentido, a Companhia não teve, em 2008, perdas com derivativos cambiais, pois não operava com estes instrumentos.

A Companhia encerrou o ano com Resultado Líquido negativo de R\$ 54,2 milhões, dos quais, R\$ 61,8 milhões são referentes à variação cambial líquida. O EBITDA ajustado, no entanto teve incremento de 12,4%. O Resultado Operacional foi prejudicado, em 2008, pelas obras do Projeto Superação, que significaram inúmeros custos não recorrentes, como indenizações trabalhistas na substituição dos colaboradores devido à transferência da fábrica de Santana de Parnaíba (SP) para Indaiatuba (SP), além da operação simultânea das duas plantas durante dois meses no período de transição, parada superior a 30 dias da máquina de Papel 5 para a implementação da modernização, e pela curva de aprendizado do projeto.

**O ano de 2009** ficou marcado mundialmente pela forte crise financeira e econômica iniciada em 2008. Para a Celulose Irani S.A. foi o ano da consolidação dos investimentos feitos em 2007 e 2008 e do início da captura dos seus benefícios. Em meio a crise, a Companhia teve suas margens de geração de caixa crescendo substancialmente, assim como seu market-share no segmento de papelão ondulado, resultado do novo patamar de competitividade alcançado após os investimentos. Também, em 2009, foram implementadas medidas de redução de custos em todas as unidades, buscando adequar a estrutura operacional à nova realidade trazida pela crise.

A Receita Líquida da IRANI consolidada apresentou queda de 9,9% em relação a 2008. Esse desempenho verificado pela Companhia num período em que as empresas em geral sofreram muito os efeitos da crise mundial ocorreu em virtude, principalmente, dos aumentos de





## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas plantas: em Indaiatuba (SP) onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante o ano de 2008. A fábrica de papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Companhia, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagens.

O dólar fechou com uma desvalorização de 25,5% sobre o fechamento de 2008 o que contribuiu para a redução da dívida em moeda estrangeira. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos em moeda forte equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta dessa mudança brusca na cotação das moedas. Neste mesmo sentido, a Companhia não teve, em 2009, perdas com derivativos cambiais, pois não operava com estes instrumentos.

O Resultado Líquido de 2009 foi de R\$ 21.951 mil. O EBITDA ajustado teve incremento de 57,8 % no comparativo com 2008, mostrando uma melhora significativa na capacidade de geração de resultado operacional. A margem EBITDA passou de 15,1% em 2008 para 24,5% em 2009. Com isso, a relação dívida líquida/EBITDA que era de 6,35 vezes em 2008, passou para 3,13 vezes em 2009.

O resultado líquido da Companhia é fortemente afetado pela volatilidade do câmbio. A Companhia mantém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira onde suas liquidações são equivalentes aos recebimentos em moeda estrangeira, de modo que o fluxo de caixa, nestas moedas, seja equilibrado. No entanto, devido a volatilidade das moedas estrangeiras em relação ao Real, que são usadas para atualizar o estoque da dívida denominados nestas moedas, ocorre a contabilização de valores relevantes, positivos e negativos, na conta de variação cambial. Esta contabilização, de efeito apenas econômico, provoca impactos significativos nos resultados da Companhia.

**O ano de 2010** foi marcado pela recuperação da crise financeira e econômica que marcou os anos de 2008 e 2009. O PIB brasileiro cresceu 7,5% em 2010 em relação a 2009 o que gerou forte demanda por embalagens de papelão ondulado, segmento que representa 60% do faturamento da Companhia. De acordo com a ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição de papelão ondulado em 2010 foi 13% superior ao ano de 2009 em metros quadrados, sendo que a IRANI teve incremento de 24,5% no mesmo período, superior, portanto, à performance do setor, o que permitiu a Companhia elevar seu market share para 5,5%. Este resultado foi possível em função dos investimentos realizados em 2007/2008 no Projeto Superação, que conferiu a Companhia maior competitividade e ampliou a capacidade de produção das plantas de papelão ondulado localizadas em Vargem Bonita – SC e Indaiatuba – SP.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

A Receita Operacional Líquida da IRANI consolidada teve incremento de 26,5% em 2010 em relação a 2009. Em 2010 também se verificou aumentos dos preços dos produtos, que compensaram os aumentos dos custos no período.

O dólar fechou praticamente estável no fechamento de 2010 em relação a 2009, o que contribuiu para manter a dívida denominada em dólar em patamares estáveis. Em razão da política da Empresa de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas.

O Resultado Líquido de 2010 foi de R\$ 34.360 mil. O EBITDA ajustado ficou praticamente estável perfazendo R\$ 92.216 mil em 2010 comparado a R\$ 92.340 mil em 2009. Importante ressaltar que o EBITDA de 2010 não está influenciado por eventos pontuais, como a adesão ao Refis e uma venda extra de madeira que foram realizados em 2009 o que ajudou no EBITDA daquele período. Com isso a margem EBITDA foi de 20,6% em 2010 contra 24,5% de 2009. A relação dívida líquida/EBITDA que era 3,13 vezes em 2009, passou para 3,04 vezes em 2010.

O ano de 2010 também foi marcado pela mudança das normas contábeis, que trouxeram grande impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia deixando-as mais precisas e adequadas em relação a sua real situação financeira e patrimonial. Os impactos da adoção das novas normas estão contidos nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

### **10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou segmento operacional durante os anos de 2008 e 2009. Em 2010 a Companhia optou por encerrar as atividades de fabricação de móveis, que são parte deste segmento, permanecendo com as operações de comercialização.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC) **bem como a alienação de seus ativos**. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. O foco da operação de móveis passa a ser a comercialização direta para o consumidor final de produtos atingindo todo o país através de seu sítio de internet [www.meumoveldemadeira.com.br](http://www.meumoveldemadeira.com.br).

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária relevante com impactos nas suas demonstrações financeiras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

2009, a Companhia aumentou o capital de sua subsidiária integral Irani Trading pelo aporte de um imóvel industrial no montante de R\$ 38.172, com a finalidade de captar recursos através de uma oferta pública de certificado de recebíveis imobiliários lastreado no contrato de locação. Também em 2009, a Companhia adquiriu a participação de 99,98% na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda com quotas a serem integralizadas até o final de 2010. Em 2010, a Companhia aumentou o capital social de sua controlada Meu Móvel de Madeira – Comércio de Móveis e Decorações Ltda no montante de R\$ 3.000 mil.

### **c) eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

### **10.4. Os diretores devem comentar:**

#### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia seguiu as premissas definidas no CPC 37 – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

#### **a) CPC 32 (equivalente ao IAS 12) – Tributos sobre o Lucro**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados nos balanços sociais como ativos e passivos não circulantes, mesmo existindo a expectativa de utilização no curto prazo.

Os ajustes de adoção do custo atribuído e valor justo de ativos biológicos devem ser ajustados pelos efeitos tributários e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

#### **b) CPC 39 (equivalente ao IAS 32) – Instrumentos Financeiros: Apresentação**

Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis líquida dos depósitos judiciais relacionados às provisões constituídas. A norma estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das demonstrações financeiras quando atendidos certos requisitos, porém, a provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentado os valores brutos nas demonstrações financeiras dos depósitos judiciais e da provisão para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

c) CPC 29 (equivalente ao IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado “ativos biológicos”, além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior.

O efeito da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma “reserva de lucros a realizar”, com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

A Companhia possui investimentos em controladas que possuem ativos biológicos registrados em suas demonstrações financeiras. A adoção dos novos pronunciamentos nas demonstrações financeiras das investidas ocorreu na mesma data da adoção dos novos pronunciamentos da controladora.

d) ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia optou por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos as terras, máquinas e edificações, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos.

As definições dos custos atribuídos das terras, máquinas e edificações da Companhia foram apuradas com base em avaliações efetuadas por empresa terceirizada especializada, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

e) ICPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

O saldo de ágio na aquisição de controladas adquiridas antes da data de transição, foi alocado ao saldo de investimentos na referida controlada na demonstração financeira individual. Essas diferenças foram alocadas em suas respectivas rubricas nas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor referente a ágio na aquisição de controladas foi baixado contra resultado do exercício no balanço de abertura em 01.01.09.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

f) CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.

A Lei nº 11.638/07 restringiu lançamento de gastos no ativo diferido, sendo que os gastos ativados que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados no balanço de abertura na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados.

De acordo com o BRGAAP, a Companhia reconheceu despesas pré-operacionais como ativo diferido e vem amortizando pelo prazo de 10 anos. De acordo com o IFRS, as despesas pré-operacionais não poderiam ser ativadas e foram reconhecidas como despesa no balanço de abertura.

g) CPC 38 (equivalente ao IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Os principais efeitos produzidos pelas alterações das práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2008 estão apresentados no Patrimônio Líquido e no Resultado conforme segue:

Patrimônio Líquido	Referência	Consolidado		
		01.01.09	31.12.09	31.12.10
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		49.943	89.625	89.620
Valor justos dos ativos biológicos	c)	139.192	120.983	113.748
IR/CSLL sobre valor justo dos ativos biológicos	a)	(41.326)	(35.819)	(33.979)
Custo atribuído ao imobilizado	d)	427.055	415.220	414.033
IR/CSLL sobre custo atribuído ao imobilizado	a)	(145.204)	(140.740)	(140.401)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a)	(3.970)	(3.970)	(3.970)
Prejuízo acumulado no período	f)	(1.024)	(2.586)	-
Destinação dos ajustes para reserva legal				1.840
Destinação dos ajustes para reserva de retenção de lucros				26.225
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		<u>374.723</u>	<u>353.088</u>	<u>377.496</u>
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos		<u>424.666</u>	<u>442.713</u>	<u>467.116</u>



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Demonstrações dos Resultados	Consolidado		
	Referência	2009	2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		43.590	3.798
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	3.696	50.738
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(12.120)	(13.453)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	d)	-	4.107
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	(21.685)	101
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	8.470	(7.535)
Destinação da participação dos administradores sobre os efeitos		-	(3.396)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		<u>(21.639)</u>	<u>30.562</u>
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos		<u>21.951</u>	<u>34.360</u>

### c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer de auditoria emitido sobre as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, em decorrência das mudanças nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações de 2009 inclui parágrafo de ênfase sobre a adoção das normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), ressaltando que exceto pela não apresentação comparativa da reconciliação para o IFRS, as informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças nas práticas contábeis estão apresentadas em nota explicativa. E que conforme mencionado em nota explicativa, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido e o lucro líquido determinados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS não representa uma adoção na íntegra de IFRS, pois a Companhia não apresentou demonstrações financeiras completas de acordo com as IFRS, de forma a incluir todas as divulgações necessárias, e não afirmou o pleno atendimento às IFRS; portanto, em uma futura apresentação de demonstrações financeiras completas de acordo com o IFRS, os saldos de abertura do patrimônio líquido apresentados nesta reconciliação poderão ser diferentes.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações de 2010 inclui parágrafo de ênfase sobre a prática adotada de avaliação de investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

**10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia e de suas controladas, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

**10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os registros das transações e dos negócios efetuados pela Companhia são efetuados pelo sistema de gestão informatizado que respeita as regras de negócio estabelecidas e zela pela consistência dos controles. Desta forma, a administração da Companhia entende que cumpre com as exigências sendo que o grau de eficiência de seus controles internos é considerado adequado.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não houve deficiências e recomendações relevantes sobre os controles internos no relatório dos auditores independentes.

**10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

*(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)*

A Brazilian Securities (Securitizadora) realizou em 2009 uma oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, lastreados em créditos imobiliários da controlada Irani Trading a qual não foi concluída devido às condições do mercado. Desta forma requereu-se o cancelamento da oferta que foi deferido em 02 de março de 2010.

A Companhia realizou oferta pública de debêntures com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/09 no montante de R\$ 100 milhões os quais foram integralizados no dia 12/04/2010. Os recursos foram utilizados integralmente para refinanciamento da dívida com vencimento no ano de 2010 e para as suas atividades operacionais. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada.

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI lastreada em Contrato de Locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A. A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833 mil. Esta operação será liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 mil cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela Locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Em 19 de agosto de 2010, a Companhia concluiu sua 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e da Espécie Subordinada. A emissão totalizou 40 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em valor total de R\$ 40 milhões, e foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de julho de 2010. As debêntures foram emitidas em 19 de agosto de 2010, tendo sido integralmente subscritas e integralizadas pela Irani Trading S.A., e os recursos obtidos com a referida emissão foram utilizados para financiar o capital de giro e despesas gerais da Companhia.

### **10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)**

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados em suas demonstrações financeiras.

### **b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia mantém contrato de *Upside* com o Banco Credit Suisse, com vigência até fevereiro de 2013, que prevê remuneração ao banco em caso de troca de controle, oferta ou venda de ações superior a 10% do número total de ações existentes em fevereiro de 2007.





## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

**b) natureza e propósito da operação**

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

a) O pagamento do *Upside*, se ocorrer, poderá afetar as despesas financeiras da Companhia;

b) O contrato de *Upside* teve como objetivo viabilizar o financiamento dos investimentos para expansão dos negócios da Companhia realizados em 2007 e 2008 (Projeto Superação).

c) Não é possível determinar o montante das obrigações, uma vez que elas podem não ocorrer ou, se ocorrerem, dependem diretamente das condições dos eventos que a fizeram acontecer. A decisão sobre a ocorrência ou não destes eventos é exclusiva da administração da Companhia. Os direitos gerados se referem a contratação de financiamento para expansão dos negócios da Companhia, que possibilitaram a consecução da sua estratégia de crescimento.

**10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

**a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Os investimentos realizados contabilmente nos três últimos exercícios apresentaram-se como segue:

	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Prédios e Construções	R\$ 178 mil	R\$ 1.704 mil	R\$ 26.746 mil
Equipamento e Instalações	R\$ 15.757 mil	R\$ 14.640 mil	R\$ 68.969 mil
Bens em arrendamento mercantil	R\$ 984 mil	R\$ 366 mil	R\$ 26.385 mil
Florestamento e Reflorestamento	R\$ 3.963 mil	R\$ 3.587 mil	R\$ 6.321 mil
<b>Total</b>	<b>R\$ 20.882 mil</b>	<b>R\$ 20.297 mil</b>	<b>R\$ 128.421 mil</b>

Nos anos de 2007 e 2008 foram realizados os maiores investimentos da história da Celulose Irani S.A., denominado Projeto Superação. Os principais investimentos foram direcionados para a Unidade Papel em Vargem Bonita, SC, Unidade Embalagem de Indaiatuba, SP e para a Unidade Embalagem de Vargem Bonita, SC.

O Projeto Superação foi finalizado no exercício de 2008 e os valores totais investidos foram de R\$ 160,8 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo.



## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

<b>Em R\$ milhões</b>				
<b>Local do Investimento</b>	<b>Desembolso 2009</b>	<b>Desembolso 2008</b>	<b>Desembolso 2007</b>	<b>Total</b>
Unidade Papel, SC	R\$ 3,4	R\$ 58,4	R\$ 31,6	R\$ 93,4
Unidade Embalagem, SP	-	R\$ 24,2	R\$ 27,3	R\$ 51,5
Unidade Embalagem, SC	-	R\$ 15,8	R\$ 0,1	R\$ 15,9
Total	R\$ 3,4	R\$ 98,4	R\$ 59,0	R\$ 160,8

Os investimentos de 2009 e 2010 foram direcionados basicamente para manter e modernizar as fábricas e operações industriais, com objetivo de melhorar os processos, a produtividade e os produtos fornecidos pela Celulose Irani S.A.

### ii) fontes de financiamento dos investimentos

Em 2007 a Companhia tomou financiamento de US\$ 70 milhões junto ao Banco de Investimentos Credit Suisse, que, somados a outros financiamentos via agentes financeiros nacionais e internacionais, foram destinados a implementação do Projeto Superação durante os anos de 2007 e 2008. Os investimentos de 2009 e 2010, passíveis de financiamento, tiveram como fonte instituições financeiras locais.

### iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia optou por encerrar as operações de fabricação de móveis na fábrica de Rio Negrinho, SC, durante o ano de 2010. Por conta disso, está em andamento a alienação dos ativos daquela unidade.

A Companhia também estuda desmobilizar alguns de seus ativos florestais não estratégicos ou firmar parceria com investidores florestais.

### b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

### c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável.

### 10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

\*\*\*\*\*